

# 2017 v. 15 n. 88 jul./ago.

## Artigos

01. **Da impossibilidade de extensão da tese jurídica fixada no RE nº 651.703/PR às seguradoras especializadas em saúde** 09  
*(Misabel Abreu Machado Derzi, Sacha Calmon Navarro Coêlho)*
02. **Desonerações tributárias anti-isonômicas: o papel do Poder Judiciário na concretização de um sistema tributário coerente, isonômico e justo** 37  
*(Andrei Pitten Velloso)*
03. **A incidência do ICMS sobre softwares segundo jurisprudência do STF (ainda quando qualificados como bens incorpóreos)** 59  
*(Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho)*
04. **Requisitos para caracterização da sociedade profissional para fins da sistemática de incidência do ISS por alíquota fixa per capita prevista pelo art. 9º, §3º, do DL nº 406/68, à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores: a legislação do Município de Belo Horizonte como exemplo** 65  
*(André Mendes Moreira, Mariane Andreia Cardoso dos Santos)*
05. **Inconstitucionalidades do Decreto nº 8.426/15 – PIS e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras** 85  
*(Brunno Ribeiro Lorenzoni, Fábio Martins de Andrade)*
06. **A Ação 3 do Projeto BEPS e o regime brasileiro de tributação em bases universais na Lei nº 12.973/2014** 99  
*(Ramon Tomazela Santos)*
07. **A tóptica jurídica na Solução de Consulta tributária** 117  
*(Paula G. F. Santos)*
08. **Os reflexos da interação entre o Estado, o mercado e o tributo na sociedade brasileira** 131  
*(André Souza Pedroso de Moraes, Maurin Almeida Falcão)*
09. **A legitimidade ativa ad causam na ação de repetição de indébito tributário de PIS/PASEP-Importação e COFINS-Importação** 151  
*(Aylton Bonomo Júnior)*